



ATA REUNIÃO CONSELHO GESTOR PNSB

06 DE DEZEMBRO DE 2022 – PARATY – AUDITÓRIO DA APA CAIRUÇU

A reunião teve início em torno das 9:30 horas, no Auditório da APA Cairuçu e virtualmente pelo aplicativo Google-meet. Anderson Nascimento, chefe do Núcleo de Gestão integrada do ICMBio em Paraty, deu as boas-vindas e agradeceu a presença de todos. Em seguida, foi feita uma rodada de apresentações, presenciais (lista de presença em anexo) e virtuais (lista de presença ao final) e apresentada a pauta proposta para a reunião: informes GT Trindade, Sertão de São Gonçalo, Sertão de Mambucaba, Pedra da Macela, Estrada Paraty-Cunha, TC Caixadaço e representação dos Setores do Conselho. Vagno Martins, representante da Rede Nhanderekó de TBC sugeriu incluir na pauta ponto referente ao Título de Patrimônio Mundial, recebido finalmente em Paraty, para discutirmos como o conselho poderia interagir com o plano de gestão do bem, a ser desenvolvido no município.

Em relação ao GT Trindade, Carlos Felipe, da Área Temática de Gestão Socioambiental do NGI ICMBio Paraty, informou que a quarta reunião do GT foi realizada no dia 01 de dezembro, na sede da AMOT. Dentre as pautas do GT, foram priorizadas as relativas à praça Dão, na APA Cairuçu, e a Praça de interface, em área do PNSB. Quanto a Praça Dão, a SEDUR apresentou o projeto, com os aperfeiçoamentos propostos pelas associações (rancho para as canoas caiçaras, depósito, quadra de esportes, escola de entalhe, vagas, banheiros, mercado caiçara, refeitório da casa de farinha). Novos ajustes ao projeto foram sugeridos na reunião. O projeto final será apresentado ao conselho quando concluído. Pedro, da ABAT, reforçou que a interação ICMBio/Prefeitura Municipal/comunidade está sendo muito positiva no GT e os resultados vão aparecendo. Quanto a Praça de interface, Anderson lembrou o distrato feito pelo ICMBio com a empresa anterior e o contrato feito com uma nova empresa. Esta acaba de ter aprovado pelo ICMBio o seu produto 1: a revisão do anteprojeto da praça. A previsão é que até fevereiro-março o anteprojeto esteja finalizado, e até em meados de 2023 tenhamos o projeto concluído. A contratação da obra estaria prevista para o início de 2024.

Mantendo o foco na Trindade, passou-se para o informe sobre o TC Caixadaço. Carlos Felipe informou que o processo está em Brasília para análise técnica, jurídica e institucional (aprovação pelo Comitê Gestor). Depois de aprovado nas 3 instâncias seguirá para assinatura e publicação no D.O.U. Será o primeiro acordo no parque, mais de 40 anos após a sua criação. Sylvia lembrou da importante moção aprovada na reunião extraordinária realizada em setembro e encaminhada no grupo de zap do conselho. Davi Detrinda pergunta sobre o TC com outras famílias, como a do Sr. Jacó e D. Marta. Carlos Felipe informa que está em andamento este TC também, mas que estamos aguardando o desenlace do TC com a família Brienza Lopes para dar continuidade aos outros acordos. Em relação à moção aprovada, Vagno Martins pergunta se a mesma abrange só a região do PNSB ou se esta torna-se uma jurisprudência para o ICMBio. Carlos Felipe lembra que o ICMBio tem diagnosticado essas situações de sobreposição entre territórios de comunidades tradicionais e UCs de Proteção integral em todo o país, sobreposição esta verificada em cerca de 70% das UCs de Proteção Integral, o que não é por acaso. Por outro lado, só temos até o momento 21 UCs de PI com TCs celebrados, demonstrando um grande atraso do ICMBio em efetivar esses acordos. Mas, vamos avançando aos poucos.

César Vieira menciona a notícia da decisão de demolição da casa da Sra. Sueli de Lima (titia), moradora tradicional e anterior à criação ao PARNA Serra da Bocaina. Destaca que há vários anos vem tentando ser amigo do parque e por trás o parque se coloca contra os moradores, é triste! Não sabe se o Anderson vai continuar, ele está tendo esse contato com os moradores, abrindo as portas, mas só vê a lei do ICMBio. César fala de uma cartilha que a analista ambiental Maristela teria elaborado e ficado de entregar nas comunidades, mas esta nunca se concretizou. Espera que com a mudança de governo isso mude aqui também. Anderson pondera que recebe heranças de ações de proteção que impactam às vezes muito tempo depois, e aí temos que lidar com isso, em outro momento da gestão. Mas não podemos nos omitir quando somos os promotores da ação, ação que afeta pessoas queridas e com um simbolismo forte na comunidade. O diálogo tem sido feito, com a prefeitura, com o ITERJ, ver de que forma podemos minimizar o conflito. E estamos buscando mais parcerias no território, ter a proteção atuando de uma forma mais estratégica, trabalhar outras linhas de atuação, como o TBC.

Lira Brienza pergunta se o ICMBio vai fazer operação durante o verão. Anderson destaca a importância de retomar o ordenamento e ao mesmo tempo as limitações do órgão: não conseguimos estar no território como demandado. Estamos buscando parcerias com outras instituições, para também conseguir ganhos ambientais na experiência de visitação, buscar estratégias mais continuadas. Quanto às questões de segurança pública, enfrentamento da criminalidade, é preciso trabalhar em sinergia com os órgãos competentes.

Ainda sobre a situação da Sra. Sueli de Lima, Thatiana Lourival considera que o conselho precisa ter uma ação para equalizar essas injustiças, a invisibilização das comunidades. Avalia que é muito ruim politicamente para o ICMBio uma decisão como essa. Precisamos pensar juntos aqui nesse espaço. É um absurdo a demolição de casas anteriores à criação do PNSB. “Quem tem direito a termo de compromisso não pode ser criminalizado. São equívocos do passado. Ficamos tentando mudar judicialmente, mas é difícil sem o apoio institucional”.

Carlos Felipe chama a atenção para os limites e possibilidades do conselho, e como podemos implementar a moção aprovada em setembro. É preciso mapear as sobreposições com territórios de povos e comunidades tradicionais e construir um plano de ação para essas situações.

Vagno Martins reforça a importância da assessoria jurídica, a importância do apoio do Fórum de Comunidades Tradicionais. Esses processos judiciais muitas vezes dependem somente da defensoria pública. Entende que o conselho tem essa capacidade de mapeamento dos conflitos. Relembra a fala do gestor anterior: parque sem gente! Reporta-se também ao caso do Zé Ferreira, liderança agroecológica que enfrentou processos judiciais movidos pelo parque.

Otoniel reporta a ocorrência de muitas invasões no território quilombola do Camburi. Sente a falta do poder público, a falta de fiscalizações e que quando acontecem criminalizam os moradores tradicionais. Defende que seja incluída a situação da Sra. Sueli de Lima no GT Trindade, rever essa situação, tentar um termo de ajuste de conduta. “O tradicional sendo expulso e o de fora sem receber nem uma notificação. Nossa área é protegida pelo povo do lugar. E quem vem de fora é que consegue as autorizações. O conselho precisa rever todos os processos injustos”.

Foi definido o encaminhamento de Mapeamento das situações de sobreposição (processos administrativos, judiciais, georreferenciamento das situações).

Anderson pondera sobre as grandes restrições que envolvem uma unidade de conservação de proteção integral. Entende que precisaria ser elaborado algo semelhante ao diagnóstico fundiário da APA Cairuçu nas áreas do PNSB. Com caracterização, oportunidades de implementação de TBC, legitimidade das famílias. Talvez começando pelos Sertões de São Gonçalo, Taquari e Mambucaba. Definir esse escopo, buscar adesão das comunidades. Esta seria uma agenda para o primeiro semestre de 2023.

Vagno Martins relata a reunião com a comunidade de São Gonçalo, realizada no final de junho, e a visita técnica da equipe do PNSB ao circuito das cachoeiras em São Gonçalo, realizada em julho. Explica que a comunidade perdeu a maior área para a fazenda, pouca área restou para a comunidade. Para acessar a área do parque, das cachoeiras, é preciso passar pela área da fazenda. Conflito antigo. As famílias foram expulsas na década de 70. Vagno apresentou um mapa que foi produzido pela analista do ICMBio Graziela Barros após a visita (Figura 1). Precisa ser feito o mapeamento das famílias que estão sobrepostas ao parque. Relatou também a partilha de TBC realizada em novembro pela Rede Nhandereko em São Gonçalo, com recursos do TAC Chevron, implementados na APA Cairuçu. Estão previstas mais 3 partilhas, na Ponta Negra, Campinho e Trindade.

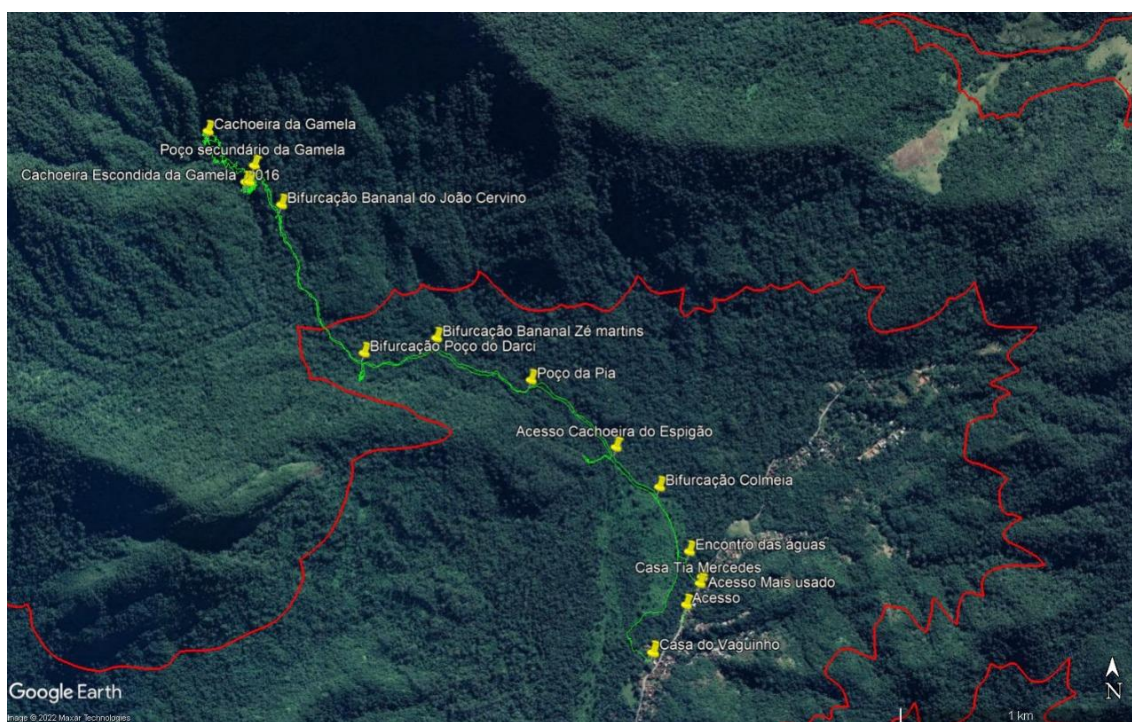


Figura 1: Circuito das Cachoeiras no São Gonçalo. Em verde, trilha percorrida. Em vermelho, limites do PNSB.

César considera que antes do TBC precisam ser vistos os conflitos existentes. Em São Gonçalo são somente 6 famílias. Não tem como ser amigável com o parque recebendo dele multa, demolições. É preciso contar com o auxílio das universidades, do Observatório (OTSS), catalogar essas pessoas. Em todas as comunidades existe conflito com o parque. Fazer uma parceria que dure, “Vocês aqui mudam constantemente, nós não, vamos respeitar os mais velhos!”

Guadalupe Brienza pergunta sobre o andamento do Termo de Compromisso e da execução fiscal da multa do Noé, pelo IBAMA. Pede a paralisação da tramitação da multa enquanto estiver tramitando o TC. Carlos Felipe responde que foi feita consulta à procuradoria e explicou que a multa não é do ICMBio, é do IBAMA.

Precisa ser aprovado o TC no ICMBio e aí ser encaminhado ao IBAMA. Pode também ser encaminhado pela família ao IBAMA as peças do processo do TC.

Caio Penteado, que estava online e em trânsito, perguntou sobre a Pedra da Macela, lembrando que após a última reunião realizada em Cunha, nada aconteceu.

Anderson informa que está em fase final a retirada de uma grande pedra resultante dos estragos da última chuva para poder reabrir o atrativo. Citou o TAC com Furnas, o modelo de gestão que está sendo implementado, modelo que virá com a estruturação, provavelmente uma concessão. É preciso construir parcerias na região, mobilizar esse GT antes da concessão, tem toda uma oferta de serviços (condução de visitantes, acampamento, dentre outros). Mais 3 trilhas foram abertas na Pedra da Macela. É preciso promover reunião com o pessoal do turismo de Cunha. Caio Penteado cobra a marcação de data para esta reunião. Anderson informa a chegada da analista ambiental Máira Maia, que assumirá a coordenação da área temática de Turismo e Visitação, no lugar do Thiago, ex servidor do NGI Paraty. Sugere a realização desta reunião entre a segunda quinzena de janeiro e início de fevereiro.

Quanto a Paraty-Cunha, Anderson informa a realização de audiência com o DER, lembrando que o Plano de Manejo do PNSB teve revisão pontual no contexto do TAC entre ICMBio e DER.

Edmar, da Associação dos Moradores Rurais e Produtores do Sertão de Mambucaba, pediu a palavra. A Associação entregou ao ICMBio ofício pleiteando vaga no conselho gestor do PNSB. Edmar assegura que a Associação defende a conservação. Considera importante ter uma voz dos moradores do entorno neste fórum. Os moradores querem participar mais, sem serem punidos. Destaca a importância de “separar o joio do trigo”, colocando a associação à disposição para contribuir no mapeamento dos moradores dos sertões. Diz que o portal é bem visto pela comunidade, mas não é pelo portal que circula o “joio”. Eliane corrobora a fala de Edmar, “o crime não passa pela estrada”. Vagno considera que a Associação pode auxiliar na mediação entre os moradores e o PNSB, e que existem posses anteriores e posteriores ao PNSB. Eliane complementa afirmando que existe o morador que é recente, mas que está cuidando, que às vezes tirar esse morador pode ficar pior. O problema é quando o morador começa a parcelar a sua área.

Sylvia apresenta a composição atual do conselho, com os setores que o compõe: órgãos públicos da área ambiental, órgãos públicos de áreas afins, instituições de ensino e pesquisa, turismo, moradores do entorno, setor de infraestrutura, setor agrossilvopastoril e pesca, entidades de classe, ONGs da área ambiental, colegiados de políticas públicas, perfazendo um total de 44 instituições/órgãos públicos. A Associação deve integrar o setor de moradores do entorno. Em 2020 esta composição do conselho foi homologada. Faz-se necessário um levantamento das ausências e presenças das 44 instituições integrantes desde a data da homologação, bem como a atualização dos representantes de cada uma.

Em relação ao Sítio Misto, faz-se necessária a implementação do comitê gestor, para dar início a implementação do Plano de Gestão do Sítio Misto. O conselho deve elaborar também o seu plano de ação.

Às 12:30 a reunião foi encerrada, com votos de boas festas.

RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS:

1. Elaborar plano de ação para o conselho, mapear as sobreposições dos territórios e áreas de povos e comunidades tradicionais com as áreas do PNSB, construir um plano de gestão dessas situações. Começar pelos Sertões de São Gonçalo, Taquari e Mambucaba. Definir escopo, buscar adesão das

comunidades: primeiro semestre de 2023. Iniciar o atendimento da moção sobre povos e comunidades tradicionais abrangidos pelo Parque.

2. Reunião ICMBio com o Setor de Turismo de Cunha na segunda quinzena de janeiro ou início de fevereiro: Máira Maia (Coordenação AT Turismo e Visitação do NGI ICMBio Paraty) articular data junto com o Caio Penteado.
3. Atualização da frequência/composição do Conselho Gestor do PNSB: primeira reunião de 2023.

PRESENTES VIRTUALMENTE:

1. Francisco Luís Franco – Instituto Butantan
2. Rodrigo Pereira – Associação de Guias de Turismo
3. Pedro Henrique – ABAT
4. Lira Brienza – Caixadaço Bocaina Mar
5. Sérgio Barbosa Lutz – Mosaico de RPPNs de São José do Barreiro
6. Augusto Pimentel -Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de São José do Barreiro
7. Guadalupe Brienza– Caixadaço Bocaina Mar
8. Sérgio Mello – SEDUR/Paraty
9. Nelson Ferreira Júnior – UFRJ
10. Davi Detrinda
11. Gabriel Toledo – Associação de Guias e Turismólogos de Paraty
12. Dulce Vasconcellos
13. ThatianaLourival – OTSS/Fiocruz
14. Eder Costa
15. José Milton Serafin – Associação Bocaina Viva
16. Dani Elias – Rede Nhanderekó
17. Caio Penteado – COMTUR Cunha
18. Graziela Moraes Barros – analista ambiental ICMBio

Memória registrada por Sylvia de Souza Chada, Analista Ambiental